



gestão de ativos
sgoic

CA RENDIMENTO

**FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO
ABERTO DE OBRIGAÇÕES**

**RELATÓRIO E CONTAS
2022**

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
NOTA INTRODUTÓRIA	3
SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS.....	4
PRINCIPAIS EVENTOS	6
DESEMPENHO DOS FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	8
INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO.....	9
REMUNERAÇÕES PAGAS A COLABORADORES E ÓRGÃOS SOCIAIS DA SOCIEDADE	11
ERROS DE VALORIZAÇÃO	12
EVENTOS SUBSEQUENTES.....	12
NOTAS INFORMATIVAS.....	13
ANEXOS.....	16
• DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS	
• DIVULGAÇÃO PERIÓDICA AO ABRIGO DOS REGULAMENTOS SFDR E TAXONOMIA	
• RELATÓRIO DE AUDITORIA	

Relatório de Gestão



Nota Introdutória

O Fundo foi constituído em 20 de junho de 1994 como fundo de obrigações de taxa variável euro, com a denominação Fundo de Investimento Mobiliário Aberto - RAIZ Rendimento, observando, entre outras normas, as constantes do Dec-Lei nº 252/2003, de 17 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei nº 52/2006 e pelo Dec -Lei nº 357-A/2007, e de acordo com o Regulamento nº 15/2003 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Os documentos constitutivos foram atualizados em 5 de novembro de 2013 de harmonia com o Dec-Lei n.º 63-A/2013, de 10 de maio e com o Regulamento n.º 5/2013 da CMVM, passando a ser um Fundo de Obrigações.

Em 1 de setembro de 2014 passou a designar-se Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento.

Desde 1 de outubro de 2017 a responsabilidade pela gestão do Fundo é da IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., com sede na avenida da República, nº 25 – 5ªA, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial sob o nº único de matrícula e identificação fiscal 502 151 889.

Síntese da Evolução dos Mercados

O ano de 2022 encerrou com perdas generalizadas nas diferentes classes de ativos, desde o segmento de maior risco aos mais defensivos do universo de rendimento fixo, em forte contraste com as valorizações registadas em finais de 2021, originadas pelas políticas monetárias expansionistas e o otimismo sobre a extinção da pandemia.

As rendibilidades negativas deste ano estiveram alicerçadas quer na deterioração dos fundamentais económicos, quer no comportamento ascendente das taxas de juro. As perspetivas para a atividade económica em 2022 já apontavam para uma desaceleração do ritmo de crescimento, uma tendência que se reforçou perante as implicações económicas da invasão russa à Ucrânia e a necessidade de os bancos centrais confrontarem os níveis mais elevados da inflação desde as décadas de 70/80, através do ciclo mais agressivo de subida de taxas diretoras desde então.

A trajetória das taxas de juro governamentais foi ascendente, fruto do incremento das taxas reais quer nos EUA quer na Alemanha, que atingiram máximos desde 2009 e 2014, respetivamente, e contribuíram decisivamente para a variação anual da taxa de juro nominal com maturidade a 10 anos de 236 pontos base nos EUA (para 3,87%) e de 275pb na Alemanha (para 2,57%). A agressividade do ciclo de subida de taxas no curto-prazo significou incrementos mais pronunciados das taxas de juro com maturidades mais curtas, o que deu origem à inversão das respetivas curvas de rendimentos.

O término do programa de compras do Banco Central Europeu (BCE) e a trajetória ascendente das taxas de juro alemãs comprometeram as estratégias de *carry* e contribuíram para a ocorrência de alargamentos dos diferenciais de taxa de juro da periferia face à Alemanha. O spread de Itália no prazo a 10 anos alargou 79pb, tendo os diferenciais de custo de financiamento de Portugal e de Espanha registado acréscimos de 37 e de 35pb, respetivamente.

A perceção de deterioração dos fundamentais assumiu um papel determinante no desempenho das classes de maior risco. Mais especificamente, apesar de as estimativas de crescimento dos resultados empresariais não terem sofrido revisões em baixa significativas no decorrer de 2022, o acréscimo dos custos de financiamento e a expectativa de incremento dos incumprimentos e de queda dos resultados contribuíram para desvalorizações algo significativas na classe acionista e para o alargamento dos spreads da dívida empresarial.

O acréscimo das taxas de juro soberanas foi determinante para a rendibilidade dos demais segmentos de rendimento fixo, em particular para os subsegmentos de melhor qualidade creditícia, tipicamente mais expostos ao risco de taxa de juro. A combinação de taxas de juro mais elevadas com os fortes alargamentos de spread ocorridos significou rendibilidades negativas da dívida empresarial *investment grade* (-13,7% na Europa).

Os segmentos dotados de maior risco de crédito, como o de *high-yield* entregaram igualmente rendibilidades negativas em 2022 (-10,6%). Pese embora os níveis historicamente reduzidos de incumprimentos, a expectativa de deterioração dos fundamentais e a subida dos custos de financiamento na Europa contribuíram para a ocorrência de alargamentos expressivos dos respetivos *spreads*, que atingiram máximos desde a crise pandémica. O contributo da subida das taxas de juro foi igualmente negativo para a rendibilidade deste segmento, embora comparativamente inferior ao contributo para o *investment grade*. A performance do subsegmento de dívida subordinada englobou-se no desempenho do *high-yield*, tendo averbado desvalorizações superiores a 13% na Europa.

O universo de dívida de mercados emergentes esteve igualmente pressionado em 2022, fruto da atuação restritiva dos bancos centrais das principais economias desenvolvidas, da valorização do dólar dos EUA e mais especificamente do sentimento de aversão ao risco que imperou nos mercados financeiros ao longo do ano. A rendibilidade negativa deste segmento deveu-se igualmente ao contributo negativo da componente de taxa de juro e ao alargamento dos respetivos *spreads*, que originaram perdas superiores a 20% em 2022. A fragilidade económica da China contribuiu igualmente para o acréscimo dos níveis de volatilidade do universo. Também a dívida empresarial de emergentes sofreu alargamentos de *spreads* e rendibilidades negativas no ano (-16%), embora menos pronunciadas que as da dívida soberana.

A rentabilidade da generalidade das praças acionistas em 2022 foi negativa, associada à já referida perceção de deterioração dos fundamentais, ao seu impacto esperado nos resultados empresariais e à esperada compressão das margens operacionais num ambiente de inflação ainda elevada e de menor capacidade de definição de preços num ambiente macroeconómico mais desfavorável.

Não obstante, a evolução das valorizações da classe acionista não foi determinada, em 2022, pela evolução dos resultados, que exibiram um crescimento, mas sim pelo ajuste ocorrido nos múltiplos de mercado. A evolução destes refletiu o acréscimo verificado nas taxas de juro, o sentimento de maior aversão pelo risco e as condições financeiras mais desafiantes. A correção dos múltiplos incidiu principalmente sobre os títulos com maior prémio, como os títulos com maior efeito de duração como o estilo *growth*, em que se inserem vários títulos do setor de tecnológicas. Em oposição, os estilos com enviesamentos *dividend yield* e *value* estiveram em destaque pela positiva, em termos relativos.

A dispersão de rentabilidades foi considerável, perceptível pela valorização de 2,8% do índice português PSI (+2,8%) e pelo britânico FTSE 100 (+0,9%), fruto das respetivas composições setoriais com enviesamento *value*. O destaque pela negativa na Europa foram as praças holandesa (-13,7%) e alemã (-12,3%), reflexo da sua natureza mais cíclica e das implicações da crise energética. Nos EUA, o S&P500 perdeu 19,4%, com o setor imobiliário, de tecnológicas e de retalho entre os mais frágeis, em larga medida em resultado das subidas das taxas de juro e das perspetivas económicas mais pessimistas. Inversamente, seguradoras, bancos e setores defensivos como de saúde e farmacêutico estiveram em destaque pela positiva em 2022. Os índices de menor capitalização bolsista registaram perdas em média superiores aos de maior capitalização, quer na Europa quer nos EUA.

Em termos agregados o índice MSCI World desvalorizou 19,5% (em dólares), com os índices de mercados emergentes entre os mais penalizados (-22,4%), contando também aqui com elevada dispersão (valorização do índice brasileiro e quebra acentuada dos índices da China).

A atuação mais proeminente da Fed, a respetiva subida de taxas de juro e o ambiente de aversão ao risco constituíram um ambiente favorável para o dólar dos EUA, particularmente contra a divisa nipónica (+13,9%) e ao euro (6,2%), que fizeram mínimos plurianuais. As divisas de mercados emergentes mostraram-se pressionadas ao longo do ano, tendo de forma agregada assinalado perdas superiores a 5%.

O desempenho do cabaz de matérias-primas foi positivo em 2022 (+16,1%), não obstante a trajetória ascendente do dólar. Os metais industriais e a madeira estiveram em destaque pela negativa, em oposição aos desempenhos globalmente favoráveis dos bens agrícolas e do segmento energético.

Principais Eventos

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA I DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

A 27 de janeiro de 2022 foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA European Equities.

A 3 de fevereiro foi constituída a Categoria I para os fundos IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Iberia Fixed Income ESG, tendo a 14 de fevereiro sido constituída para os fundos Money Market, IMGA Ações América e IMGA Global Equities Selection.

IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA

A 25 de janeiro o fundo IMGA Retorno Global alterou a sua política de investimento, bem como a sua denominação para IMGA Alocação Defensiva.

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA R UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO PARA O FUNDO IMGA LIQUIDEZ

A 10 de maio foi constituída a Categoria R para o fundo IMGA Liquidez.

INCLUSÃO DE NOVA ENTIDADE COMERCIALIZADORA

A 24 de outubro foi incluída a Caixa Central Crédito Agrícola como nova entidade comercializadora dos fundos IMGA Alocação Defensiva e IMGA Investimento PPR/OICVM.

IMGA PME FLEX

A 15 de novembro iniciou-se a comercialização da Categoria I de Unidades de Participação do fundo IMGA PME Flex. O Fundo iniciou a atividade a 2 de janeiro de 2023.

CONSTITUIÇÃO DO FUNDO IMGA FINANCIAL BONDS 3Y, 2,25%, Série I

A 27 de dezembro de 2022 foi autorizada, pela CMVM, a constituição do fundo IMGA Financial Bonds, 3 Y, 2,25%, Serie I, fundo aberto de duração limitada, a ser distribuído através do Millennium BCP e da Caixa Central Crédito Agrícola Mútuo. O Fundo iniciou a comercialização a 2 de janeiro de 2023.

ATUALIZAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

Em janeiro, na sequência da entrada em vigor do Regulamento da Taxonomia, foi introduzida, nos Prospetos dos fundos de investimento mobiliário, uma menção sobre o alinhamento dos Fundos ao referido Regulamento.

Em fevereiro foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos Prospetos e dos documentos com as Informações Fundamentais destinadas aos Investidores (IFIs) de toda a oferta de fundos da IMGA.

Em abril foi alterada a hora limite aplicável aos processos de subscrição e resgate efetuados através do Banco Best.

Em maio foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2021.

Em junho foi alterado o Prospeto do fundo IMGA Rendimento Semestral, na sequência da alteração do Indicador Sintético de Risco e Remuneração.

Em outubro foram efetuadas alterações em todos os Prospetos dos fundos (com exceção dos fundos Ibéria), com a atualização do processo de adaptação dos mesmos em matéria de sustentabilidade e enquadrando-os no artigo 8º da regulamentação SFDR.

Ao longo do ano de 2022 foram ainda efetuadas alterações relacionadas com a prorrogação das reduções da comissão de gestão, acomodando o enquadramento de taxas de juro em mínimos históricos e tendo sempre em conta a defesa do interesse dos participantes.

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 29 de abril e 30 de agosto foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas dos fundos IMGA.

COMERCIALIZAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DOS FUNDOS IMGA

A 2 de dezembro, na sequência do envio para a Comisión Nacional del Mercado de Valores («CNMV»), das notificações para comercialização, numa base transfronteiriça, dos fundos IMGA European Equities, IMGA Iberia Fixed Income ESG, IMGA Money Market, IMGA Global Equities Selection, IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Ações América, foi rececionado o Ofício da CMVM a informar do registo desses fundos junto dessa Autoridade Competente espanhola.

IMPLEMENTAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO PRIIPs

A 30 de dezembro, de forma a adaptar a documentação pré-contratual à entrada em vigor da Regulamentação PRIIPs (*Packaged Retail Investment and Insurance Products*) para os Fundos de Investimento, foi elaborado e divulgado um novo documento de informação pré contratual (DIF – Documento de Informação Fundamental) que substituiu o IFI (Informações Fundamentais para o Investidor) para todos os Fundos de Investimento abrangidos por esta regulamentação.

FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO

O fundo Almond Tree Private Equity Fund – FCR iniciou a 8 de setembro a sua atividade.

A 28 de dezembro realizou-se um aumento de capital no fundo Capitalves, FCR.

ALTERAÇÃO DO REPRESENTANTE DO AUDITOR EXTERNO

Com efeitos a 1 de julho, a Mazars & Associados – SROC, SA passou a ser representada pelo Sr. Dr. Pedro Miguel Pires de Jesus, na qualidade de auditor externo da IM Gestão de Ativos – SGOIC, SA e Auditor dos OIC geridos pela Sociedade.

Desempenho dos Fundos de Obrigações

A categoria de Fundos de Obrigações em 2022 foi prejudicada pela performance negativa dos principais mercados mundiais, que tiveram rendibilidades entre -11,2% nas obrigações *high yield* americanas e -22,9% nas obrigações indexadas à inflação, as quais não registavam perdas desde o ano de 2018.

Neste ambiente pouco profícuo, a categoria de fundos de investimento de obrigações em Portugal registou uma variação negativa de 12% (€315M) dos ativos sob gestão, ligeiramente inferior às restantes classes de fundos. A rendibilidade negativa dos fundos provocada pelo grande aumento das taxas de juros levou à perda dos ativos geridos, sendo de destacar que o efeito de mercado, no valor de aproximadamente €200M, foi a principal razão para esta variação.

Na IMGA, os fundos desta categoria contribuíram com uma perda de €223M, com uma parte substancial atribuída aos fundos de taxa indexada que, não obstante serem os de menor variabilidade no valor da UP, são também os que maior volume ocupam nesta categoria. As vendas líquidas nesta categoria foram negativas em €172M, tendo a perda por efeito de mercado totalizado €51M.

O fundo de obrigações IMGA Retorno Global foi redenominado e alterado para o fundo multiativo IMGA Alocação Defensiva em 25 janeiro de 2022, tendo assim contribuído como detrator de ativos sob gestão da categoria de fundos de obrigações com €15,3M à data da alteração.

A rendibilidade anual variou entre -3,9% no fundo IMGA Euro Taxa Variável e -12,5% no fundo IMGA Dívida Pública Europeia, que evidencia na sua performance negativa o efeito da subida das taxas de juro das diversas obrigações de dívida pública na Europa promovida pelos bancos centrais, num último recurso para controle da inflação causada pela guerra na Ucrânia e pela Covid-19.

No final do ano, a IMGA detinha nesta categoria de fundos de investimento uma carteira de €676M, repartida pelos 6 fundos nas diferentes componentes de obrigações.

FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A	-3,91%	1,20%	2	-1,33%	1,74%	2	-0,84%	1,43%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT R	-3,96%	1,20%	2	-	-	-	-	-	-
CA RENDIMENTO	-4,94%	1,55%	2	-1,96%	2,37%	3	-1,23%	1,94%	3
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT A	-7,12%	2,45%	3	-2,44%	2,84%	3	-1,38%	2,28%	3
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT R	-7,06%	2,44%	3	-	-	-	-	-	-
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	-12,46%	4,92%	3	-4,66%	4,39%	3	-1,89%	3,96%	3
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R	-12,46%	4,93%	3	-	-	-	-	-	-
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT A	-10,92%	4,29%	3	-4,41%	5,15%	4	-1,84%	4,16%	4
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT I	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT R	-10,94%	4,28%	3	-	-	-	-	-	-
IMGA RENDIMENTO MAIS	-10,44%	4,10%	3	-3,82%	3,93%	3	-2,13%	3,16%	3

O IMGA Fixed Income CAT I não tem rendibilidade a 1 ano.
Fonte: IMGA a 31 de dezembro de 2022

Informação relativa à Gestão do Fundo

O ano de 2022 foi caracterizado pela crise geopolítica originada pelo conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia e o consequente aumento dos preços energéticos e alimentares, tendo efeitos adversos sobre a inflação que assumia à data um caráter transitório, mas que se tornou mais permanente.

A recuperação económica que estava em curso no mundo após a pandemia agravou as pressões inflacionistas, pelo que os bancos centrais, no âmbito do seu mandato, tiveram de agir, terminando os programas de estímulos à economia, com o fim dos programas de compras e o aumento das taxas de juro. As taxas de juro na Europa e nos EUA subiram mais rapidamente que o esperado, com a curva temporal a fazer uma inversão devido aos receios de uma recessão económica futura.

No mercado obrigacionista de dívida privada os acontecimentos descritos anteriormente traduziram-se no aumento dos *spreads* do segmento *Investment Grade*, tanto na Europa como nos EUA. Os riscos de uma possível recessão económica devido ao ritmo elevado de subida das taxas de juro pelos bancos centrais, no sentido de controlar a inflação, poderá comprometer o crescimento económico. Adicionalmente, a política de tolerância zero à Covid seguida pela China comprometeu o seu crescimento económico com impactos a nível mundial. No entanto, os *spreads* atuais de crédito já incorporam muitos dos riscos mencionados, nomeadamente o cenário de estagflação.

Durante os primeiros nove meses do ano verificou-se uma redução significativa das emissões de dívida privada no mercado primário, com o nível de liquidez do mercado de obrigações de crédito a diminuir significativamente, e uma posterior reversão parcial deste movimento no último trimestre do ano.

No contexto descrito anteriormente e durante o ano de 2022 a estratégia prosseguida na gestão do Fundo CA Rendimento assentou numa gestão ativa do risco de crédito, do risco de taxa de juro e do risco liquidez tendo em conta a dimensão do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, o aumento acentuado da inflação e a retirada dos estímulos das políticas fiscais e monetárias não convencionais pelos governos e bancos centrais. Devido à forte subida das taxas de juro, o Fundo geriu a sua duração de uma forma conservadora, procurando assegurar progressivamente o reinvestimento no risco de taxa de juro a remunerações mais atrativas, privilegiando o segmento *Investment Grade* e emitentes de setores mais defensivos.

Os setores privilegiados foram os da energia, matérias-primas e financeiro com maturidades de curto prazo de forma a ter um perfil de risco/retorno conservador devido ao alargamento dos *spreads* da curva de crédito. Reduziu-se o investimento em dívida subordinada e dívida híbrida como consequência do agravamento das perspetivas económicas e da inflação.

Durante o ano o Fundo manteve os seus níveis de duração reduzidos, através de cobertura parcial do risco de taxa de juro na sua exposição ao segmento de obrigações de taxa fixa. A cobertura de taxa de juro, ainda que parcial, acabou por ter impacto positivo na performance do Fundo durante o ano de 2022. Apesar de investir predominantemente no segmento de crédito de melhor qualidade (*Investment Grade*), o Fundo aproveitou alguns períodos de aumento do apetite por risco para reduzir exposição a alguns emitentes com maior risco de crédito, nomeadamente dívida subordinada e dívida híbrida, em contrapartida do reforço do segmento de taxa indexada para evitar um acréscimo de volatilidade. O Fundo manteve níveis adequados de liquidez tendo em conta a maior volatilidade que caracterizou este período.

O desempenho do Fundo em 2022 foi influenciado pelo aumento significativo dos prémios de risco de crédito, em especial no segmento de maior risco de crédito, nomeadamente dívida subordinada e dívida híbrida, e pelo alargamento dos *spreads* da periferia da Zona Euro. O segmento de taxa indexada apresentou uma grande estabilidade, não tendo registado desvalorizações expressivas. Por outro lado, a subida acentuada das taxas de juro sem risco penalizou também a performance do Fundo. A participação ativa do Fundo no mercado primário de obrigações de crédito para captar o

prémio de risco ficou mais limitada devido à volatilidade das taxas de juro e dos *spreads* de crédito e de forma a manter ajustado o perfil de risco/retorno dos investimentos.

O CA Rendimento apresentou, em dezembro de 2022, uma rendibilidade a 1 ano de -4,9%, tendo atingido um valor líquido global de €131,4M, inferior em 27,8% relativamente aos €182,1M de dezembro de 2021.

Desde o início do ano, o Fundo registou vendas líquidas negativas de €42,8M, com subscrições de €16,4M e resgates de €59,2M.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelo n.º 2 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC), apresenta-se de seguida o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2022			
ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	RENDIMENTO FIXO	RENDIMENTO VARIÁVEL	NÚMERO A 31/12/2022
COMISSÃO EXECUTIVA			
Presidente e Administradores	300.457	154.159	3
Administradores independentes	40.080	-	1
CONSELHO FISCAL			
Presidente e vogais	31.000	-	3
COLABORADORES			
Colaboradores	1.839.881	259.709	37

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2022.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da sociedade, cujos serviços prestados representaram um encargo total de €31.980.

Em 2022 foi ainda pago o montante de €2.500 referente a indemnizações, por cessação de contrato de trabalho.

Erros de Valorização

Em cumprimento do estipulado no n.º 7 do art.º 161 do RGOIC, comunicamos que, no exercício económico findo em 31 de dezembro de 2022, em virtude de erros ocorridos no processo de valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, a Sociedade Gestora, a título compensatório, procedeu ao pagamento do montante de €78,59 a favor do organismo de investimento coletivo. Mais se informa que, considerando o disposto no n.º 1 do art.º 41.º do Regulamento 2/2015 da CMVM, republicado pelo Regulamento 3/2020 não houve lugar a pagamento de indemnizações aos participantes lesados.

Eventos Subsequentes

No período decorrido entre o termo do exercício e a elaboração do presente Relatório não se registou nenhum evento assinalável.

Notas Informativas

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

Data de Constituição: 20 de junho de 1994

Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos -

- Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário: Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL

Valor da Carteira em 3 dezembro de 2022: 131 399 M Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Rendibilidade	7,1%	4,0%	1,9%	2,3%	1,5%	-3,0%	2,8%	-0,4%	-0,4%	-4,9%
Risco (nível)	2	2	2	2	2	2	2	3	2	2

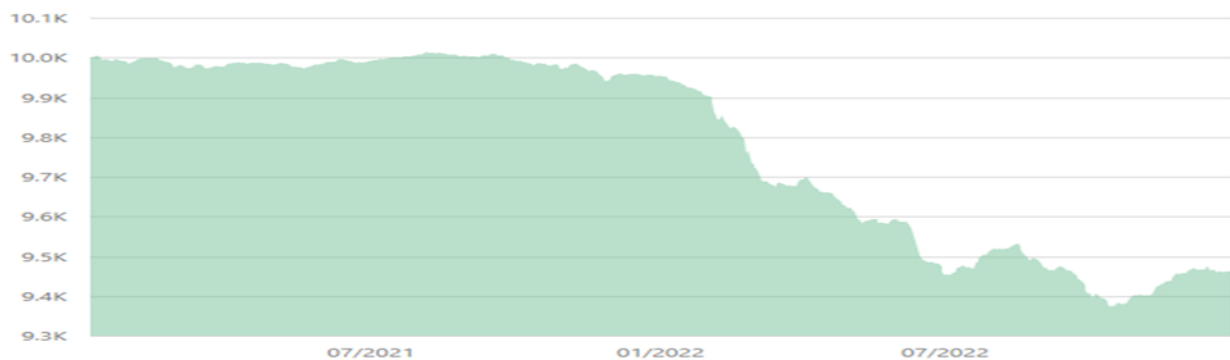
POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo procurará proporcionar aos participantes um nível de rendibilidade e estabilidade que acompanhe as taxas de juro dos mercados monetários, através do investimento em valores mobiliários e instrumentos financeiros, predominantemente de médio e longo prazo, cujas taxas de rendimento dependam das taxas de juro do curto prazo.

O Fundo tem uma política de investimento que obriga a um investimento mínimo de 80% do seu valor em obrigações, sendo pelo menos 50% do seu valor líquido global em obrigações de taxa variável e um máximo de 30% do valor líquido global do Fundo em obrigações de taxa fixa. O Fundo investirá, até ao limite de 10% do seu valor líquido global, em unidades de participação de outros OIC.

O Fundo investirá em ativos denominados em euros, mas poderá investir em ativos denominados em moedas de países integrantes da União Económica e Monetária e/ou em mercados externos à zona euro.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades atualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo liquidadas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são de duzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
Nº UP's em circulação	27 353 646,7417	27 810 018,4902	24 032 436,0235	23 671 857,0727	17 968 801,8925
Valor Unitário UP (Euros)	7,5489	7,7600	7,7264	7,6931	7,3127

CUSTOS E COMISSÕES

		Unidades: milhares €								
Mercado	Região	2022		2021		2020		2019		
		Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	
Mercado Nacional	Portugal	15 481	0,0	21 616	0,0	12 640	0,0	36 267	0,0	
Mercados União Europeia	Alemanha	9 000		12 781		9 561		9 611		
	Áustria			2 500		5 110		1 616		
	França	12 946		24 186		24 331		26 972		
	Bélgica	5 291		2 985		3 488		3 983		
	Polónia									
	Países Baixos	10 175		15 729		8 208		11 574		
	Dinamarca	5 029		3 043				2 063		
	Espanha	18 004		20 415		14 311		19 030		
	Itália	4 490		16 722		21 160		20 829		
	Irlanda	4 740		1 883		5 780		5 377		
	Luxemburgo	2 207		2 445		2 562		1 877		
	República Checa			1 560						
	Grécia			955		1 547		2 597		
Suécia	5 013									
	sub-total	76 896	2,5	105 204	4,0	96 053	3,1	105 529	5,6	
Outros Mercados	EUA	10 541		14 672		21 158		25 152		
	Canadá	1 308								
	Suíça	2 170		3 905		3 013		3 502		
	China							1 050		
	Japão	2 989		9 290		7 174		9 868		
	Reino Unido	8 759		14 661		13 096		10 663		
	Emirados Árabes Unidos							3 002		
	México					724		725		
	Jersey							3 068		
	Chile			884						
	Nova Zelândia			990						
	Brasil					1 605		1 691		
		sub-total	25 778	0,0	44 402	0,0	46 769	0,0	58 661	0,0
	Total		118 155	2,5	171 222	4,0	155 462	3,1	200 457	5,6

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMONIO

31.12.2022	
Valores mobiliários	113 155 161
Saldos bancários	20 677 272
Outros ativos	798 998
Total dos ativos	134 631 430
Passivos	3 232 232
Valor Líquido de Inventário	131 399 199

TÍTULOS EM CARTEIRA

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	(valores em Euro)	
						SOMA	%
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	3 771 028	12 670	29 484	3 754 214	28 939	3 783 153	3%
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	100 418 039	63 436	4 842 761	95 638 714	305 391	95 944 105	84%
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>	4 017 750	-	13 500	4 004 250	9 125	4 013 375	4%
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	10 233 077	-	475 094	9 757 983	33 033	9 791 016	9%
TOTAL	118 439 894	76 106	5 360 839	113 155 161	376 487	113 531 648	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)

Rendimentos	
Rendimento do investimento	-
Outros rendimentos	1 426 823
As mais-valias de investimentos	6 382 854
Custos	
Custos de gestão	(861 193)
Custos de depósito	(143 532)
Outros encargos, taxas e impostos	(142 374)
As menos-valias de investimentos	(14 573 275)
Custos de negociação	(4 094)
Lucro líquido	(7 914 791)
Lucros distribuídos	
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	16 400 576
Resgates	(59 196 128)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)

	CA RENDIMENTO	
	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP
31.12.2020	185 683 041,44	7,7264
31.12.2021	182 109 540,64	7,6931
31.12.2022	131 399 198,67	7,3127

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Descritivo	31.12.2021	Compras	Vendas	+/- Valias	(Valores em Euro)
					31.12.2022
Operações Cambiais					
Operações Sobre Taxas de Juro	(18 253 880)	-	4 145 380	972 265	(14 108 500)
Operações Sobre Cotações					

Anexos

- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS
- DIVULGAÇÃO PERIÓDICA AO ABRIGO DOS REGULAMENTOS SFDR E TAXONOMIA
- RELATÓRIO DE AUDITORIA

Demonstrações Financeiras e Notas Anexas 2022

CA RENDIMENTO

Índice

BALANÇO	2
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	5
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	7
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10

Balanço

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022



BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores em Euro)

ATIVO					PASSIVO				
Código	Designação	Bruto	Mv	31-12-2022 rm/p	Líquido	31-12-2021 Líquido	Código	Designação	Períodos 31-12-2022 31-12-2021
Outros Ativos							Capital do OIC		
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM						61	Unidades de Participação	118 075 223
33	Ativos Intangíveis das SIM						62	Variações Patrimoniais	89 628 384 37 033 804
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>						64	Resultados Transitados	27 000 514 27 808 611
Carteira de Títulos							65	Resultados Distribuídos	
21	Obrigações	118 439 894	72 658	(5 360 839)	113 151 713	161 221 738	67	Dividendos Antecipados das SIM	
22	Ações						66	Resultados Líquidos do Período	(7 914 791) (803 097)
23	Outros Títulos de Capital							<i>Total do Capital de OIC</i>	131 399 199 182 109 541
24	Unidades de Participação								
25	Direitos								
26	Outros Instrumentos da Dívida		3 448		3 448				
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	118 439 894	76 106	(5 360 839)	113 151 161	161 221 738			
Outros Ativos							481	Provisões Acumuladas	
31	Outros ativos							Provisões para Encargos	
	<i>Total de Outros Ativos</i>							<i>Total das Provisões Acumuladas</i>	
Terceiros							Terceiros		
411+...+418	Contas de Devedores	396 010			396 010	827 308	421	Resgates a Pagar a Participantes	92 951
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	396 010			396 010	827 308	422	Rendimentos a Pagar a Participantes	
							423	Comissões a Pagar	122 214
							424+...+429	Outras contas de Creadores	3 010 014 23 059
							43+412	Empréstimos Obtidos	
							44	Pessoal	
							46	Acionistas	
Disponibilidades							Total dos Valores a Pagar		
12	Caixa	15 677 272			15 677 272	10 017 037			3 225 180 258 797
13	Depósitos à Ordem	5 000 000			5 000 000	10 000 000			
14	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso								
15	Certificados de Depósito								
18	Outros Meios Monetários								
	<i>Total das Disponibilidades</i>	20 677 272			20 677 272	20 017 037			
Acréscimos e diferimentos							Acréscimos e diferimentos		
51	Acréscimos de Proventos	398 216			398 216	309 307	55	Acréscimos de Custos	3 690
52	Despesas com Custo Diferido						56	Receitas com Provento Diferido	3 362
53	Outros acréscimos e diferimentos	4 771			4 771		58	Outros Acréscimos e Diferimentos	
59	Contas transitórias ativas						59	Contas transitórias passivas	
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	402 983			402 983	309 307			7 052 7 052
	TOTAL DO ATIVO	139 916 164	76 106	(5 360 839)	134 631 430	182 375 390	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO		134 631 430 182 375 390
Total do Número de Unidades de Participação em circulação							Valor Unitário da Unidade Participação		
					17 968 802	23 671 857			7,3127 7,6961

(valores em Euro) **EXTRAPATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

		DIREITOS SOBRE TERCEIROS		RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS	
Código	Designação	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
	Operações Cambiais				
911	À vista				
912	A prazo (forwards cambiais)				
913	Swaps cambiais				
914	Opções				
915	Futuros				
	<i>Total</i>				
	Operações Sobre Taxas de Juro				
921	Contratos a prazo (FRA)				
922	Swap de taxa de juro				
923	Contratos de garantia de taxa de juro				
924	Opções				
925	Futuros			14 108 500	18 253 880
	<i>Total</i>			14 108 500	18 253 880
	Operações Sobre Cotações				
934	Opções				
935	Futuros				
	<i>Total</i>				
	Compromissos de Terceiros				
942	Operações a prazo (reporte de valores)				
944	Valores cedidos em garantia				
945	Empréstimos de títulos				
	<i>Total</i>				
	TOTAL DOS DIREITOS			14 108 500	18 253 880
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA				
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES			14 108 500	18 253 880
	CONTAS DE CONTRAPARTIDA				

Demonstração de Resultados

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores em Euro) **DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Código	Designação	Períodos	
		31-12-2022	31-12-2021
CUSTOS E PERDAS			
	Custos e Perdas Correntes		
711+718	Juros e Custos Equiparados	0	
719	De Operações Correntes		
	De Operações Extrapatrimoniais		
	Comissões e Taxas	4 094	4 247
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	1 028 545	1 325 608
729	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras	9 267 453	1 557 405
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		
731+738	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	5 305 821	2 593 646
	Impostos		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais		
7411+7421	Patrimoniais		
7412+7422	Impostos Indirectos	111 153	144 489
7418+7428	Outros impostos		
751	Provisões do Exercício		
	Provisões para Encargos	7 401	7 385
77	Outros Custos e Perdas Correntes		
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	15 724 468	5 632 780
79	Outros custos e perdas das SIM		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)		
781	Custos e Perdas Eventuais		
	Valores Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)		
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício		
66	Resultado Líquido do Período (se>0)		
	TOTAL	15 724 468	5 632 780
CUSTOS E PERDAS			
	Custos e Perdas Correntes		
812+813	Juros e Proventos Equiparados	1 407 683	1 158 737
	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	19 061	4 594
811+814+817+818	De Operações Correntes		
819	De Operações Extrapatrimoniais		
	Rendimento de Títulos		
822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Ganhos em Operações Financeiras	465 914	474 697
832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
831+838	Outras Operações Correntes		
839	Em Operações Extrapatrimoniais	5 916 940	3 191 654
	Reposição e Anulação de Provisões		
851	Provisões para Encargos		
87	Outros Proventos e Ganhos Correntes	1	1
	Total dos Proventos e Ganhos Correntes (B)	7 809 598	4 829 683
89	Outros Proventos e Ganhos das SIM		
	Total dos Outros Proventos e Ganhos das SIM (D)		
881	Proventos e Ganhos Eventuais		
	Recuperação de Incobráveis		
882	Ganhos Extraordinários		
883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	79	
888	Outros Proventos e Ganhos Eventuais		
	Total dos Proventos e Ganhos Eventuais (F)	79	
66	Resultado Líquido do Período (se<0)	7 914 791	803 097
	TOTAL	15 724 468	5 632 780
PROVENTOS E GANHOS			
	Resultados Eventuais		
F - E	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	79	79
B+D+F-A-C-E+74X1	Resultados Líquidos do Período	(7 803 638)	(658 609)
B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	(7 914 791)	(803 097)

Demonstração de Fluxos de Caixa

.....→

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores em Euro)	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		Data: 31.12.2022	
DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	31-dez-22		31-dez-21	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		16 400 576	38 112 009	38 112 009
Subscrição de unidades de participação	16 400 576		38 112 009	
...				
PAGAMENTOS:		59 221 212	41 143 253	41 143 253
Resgates de unidades de participação	59 221 212		41 143 253	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		(42 820 636)		(3 031 243)
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		121 197 648	185 563 014	185 563 014
Venda de títulos e outros ativos	111 314 078		177 797 646	
Reembolso de títulos e outros ativos	8 682 412		6 626 336	
Resgates de unidades de participação noutros OIC				
Rendimento de títulos e outros ativos				
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	1 201 158		1 139 032	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		77 981 948	190 711 700	190 727 651
Compra de títulos e outros ativos	77 962 996		190 711 700	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC				
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	192		4 017	
Outras taxas e comissões	7 321		2 954	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	11 438		8 981	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		43 215 700		(5 164 637)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		16 236 598	8 579 037	8 579 037
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	5 916 940		2 829 940	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	1 779 968		1 462 467	
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
...				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	8 539 690		4 286 630	
PAGAMENTOS:		14 833 035	8 975 016	8 975 016
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	4 944 675		2 593 646	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	1 590 252		1 755 481	
Comissões em contratos de opções				
...				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	8 298 108		4 625 889	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		1 403 563		(395 979)

(valores em Euro)	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		Data: 31.12.2022	
DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	31-dez-22		31-dez-21	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		2 022		3 266
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	2 022		3 266	
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes	0		0	
PAGAMENTOS:		1 140 414		1 467 895
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários	0		0	
Comissão de gestão	885 045		1 154 872	
Comissão de depósito	154 078		192 479	
Taxa de supervisão	23 338		28 286	
Impostos e taxas	77 933		92 253	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes	20		5	
Fluxo das operações de gestão corrente		(1 138 392)		(1 464 629)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		0		0
Ganhos extraordinários	0		0	
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais				
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		0		0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		660 234		(10 056 488)
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		20 017 038		30 073 526
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		20 677 272		20 017 038

Notas às Demonstrações Financeiras

.....→
REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

INTRODUÇÃO

A constituição do CA Rendimento – Fundos de Investimentos Mobiliários Aberto de Obrigações (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 04 de junho de 1990, tendo iniciado a sua atividade em 20 de junho de 1994.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é constituído por unidades de participação, aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de mil escudos cada (quatro euros e noventa e nove cêntimos), à data do início do OIC.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição é o valor da primeira avaliação subsequente ao dia da subscrição. O preço de reembolso tem como subjacente o mesmo cálculo, tendo como base o valor do património líquido do OIC, do dia seguinte ao do pedido de reembolso.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)							
Descrição	31-12-2021	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31-12-2022
Valor base	118 075 223	11 100 893	(39 547 733)				89 628 384
Diferença p/Valor Base	37 033 804	5 299 683	(19 648 395)				22 685 092
Resultados acumulados	27 803 611			-	(803 097)		27 000 514
Resultados do período	(803 097)				803 097	(7 914 791)	(7 914 791)
SOMA	182 109 541	16 400 576	(59 196 128)	-	-	(7 914 791)	131 399 199
Nº de Unidades participação	23 671 857	2 222 342	(7 925 397)				17 968 802
Valor Unidade participação	7.6931	7.3799	7.4692				7.3127

Em 31 de dezembro de 2022 existiam 12 710 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2022	31-12-22	7.3127	131 399 199	17 968 802
	30-09-22	7.2713	132 040 909	18 159 218
	30-06-22	7.3051	138 169 002	18 914 077
	31-03-22	7.4925	149 317 364	19 929 063
Ano 2021	31-12-21	7.6931	182 109 541	23 671 857
	30-09-21	7.7236	187 845 499	24 321 104
	30-06-21	7.7224	186 168 907	24 107 735
	31-03-21	7.7127	182 175 364	23 620 395
Ano 2020	31-12-20	7.7264	185 683 041	24 032 436
	30-09-20	7.6531	172 555 465	22 547 367
	30-06-20	7.5845	167 538 758	22 089 760
	31-03-20	7.3484	161 462 461	21 972 558

Em 31 de dezembro de 2022, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	-
2% ≤ UPs < 5%	-
0.5% ≤ UPs < 2%	6
UPs < 0.5%	7.088
TOTAL	7.094

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2022, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

Descrição	(Valores em Euro)					
	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Dívida Pública	22 953 822	-	29 077 533	-	52 031 355	-
Obrigações Diversas	50 627 538	7 374 807	73 998 814	26 605 012	124 626 352	33 979 819
Contratos de Futuros	-	861 222	-	839 733	-	1 700 956
Total	73 581 361	8 236 029	103 076 346	27 444 746	176 657 707	35 680 775

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

Descritivo	(Valores em Euro)	
	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	16 400 576	-
Resgates	59 196 128	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)						
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Obrigações diversas						
Bial-Portela Float 24/10/23	1 400 000	10 500	-	1 410 500	11 062	1 421 562
Celbi Float 22/02/24	1 000 000	2 170	-	1 002 170	11 921	1 014 091
Grupo Pestana SGPS SA 2.5% 23/09/25	695 198	-	(18 718)	676 480	4 747	681 227
TAGUS 2009 - ENGY A1 12/05/25	675 830	-	(10 766)	665 064	1 210	666 273
	3 771 028	12 670	(29 484)	3 754 214	28 939	3 783 153
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
German Treasury Bill 0% 22/02/23	4 490 583	398	-	4 490 981	-	4 490 981
	4 490 583	398	-	4 490 981	-	4 490 981
-Obrigações diversas						
Abanca Corp Bancaria SA Var 08/09/27	993 480	-	(154 050)	839 430	1 562	840 992
ABB Finance BV Float 31/03/24	1 930 754	-	(8 285)	1 922 469	154	1 922 623
Allianz Finance II Float 22/11/24	822 096	-	(12 336)	809 760	2 445	812 205
Amadeus IT Group SA Float 25/01/24	2 102 798	-	(3 722)	2 099 076	8 376	2 107 452
Anheuser-Busch Inbev SA Float 15/04/24	2 007 938	-	(6 098)	2 001 840	7 178	2 009 018
Arkema Var 21/01/169	1 198 200	-	(181 128)	1 017 072	16 964	1 034 036
Aroundtown SA 0% 16/07/26	974 620	-	(262 630)	711 990	-	711 990
Banco Comercial Português Var 03/12/23	70 487	-	(331)	70 155	-	70 155
Banco Comercial Português Var 06/12/24	154 419	-	(606)	153 813	11	153 824
Banco Comercial Português Var 08/04/24	328 183	-	(1 196)	326 987	-	326 987
Banco Comercial Português Var 10/09/23	247 876	-	(426)	247 450	-	247 450
Banco Comercial Português Var 13/06/23	234 868	-	(851)	234 018	-	234 018
Banco Comercial Português Var 18/02/24	326 700	-	(1 155)	325 545	-	325 545
Banco Comercial Português Var 26/07/24	145 061	-	(634)	144 428	-	144 428
Banco Santander SA Float 29/01/26	2 319 566	-	(40 519)	2 279 047	8 905	2 287 952
Bank of America Corp Float 22/09/26	2 347 056	-	(78 405)	2 268 651	1 772	2 270 423
Bank of Ireland Group Var 05/06/26	798 128	-	(55 568)	742 560	8 548	751 108
Bankinter SA Var 23/12/32	997 970	-	(200 010)	797 960	274	798 234
Bat Intl Finance 1,25% 13/03/27	1 556 400	-	(228 750)	1 327 650	15 051	1 342 701
Bayer AG 2.375% Var -12/05/179	996 365	-	(96 185)	900 180	15 161	915 341
Belfius Bank Var 16/04/68	899 000	-	(109 680)	789 320	7 548	796 868
BNP Paribas Float 07/06/24	3 026 820	-	(2 190)	3 024 630	5 450	3 030 080
British American Tobacco Var 27/09/170	1 391 768	-	(301 042)	1 090 726	460	1 091 186
Caixa Geral de Depósitos Var 21/09/27	1 897 188	-	(310 270)	1 586 918	1 972	1 588 890
CaixaBank SA 1.125% 12/11/26	1 547 625	-	(212 175)	1 335 450	2 265	1 337 715
Canadian Imperial Bank Float 26/01/24	1 315 080	-	(7 397)	1 307 683	5 501	1 313 184
Cellnex Finance CO SA 1% 15/09/27	906 888	-	(74 418)	832 470	2 932	835 402
Cepsa Finance SA 2.25% 13/02/26	1 685 152	-	(198 784)	1 486 368	31 660	1 518 028
CIN - Coporação Industrial do Norte S.A. Float 06/12/26	1 000 000	-	(50 200)	949 800	2 713	952 513
Citigroup Inc Float 21/03/23	2 992 200	9 208	-	3 001 408	2 136	3 003 544
Coloplast Finance BV Float 19/05/24	2 005 920	3 180	-	2 009 100	5 671	2 014 771
Cooperative Rabobank UA Var 29/06/169	1 627 012	-	(385 748)	1 241 264	272	1 241 536
Credit Agricole London Float 06/03/23	2 993 562	8 813	-	3 002 375	5 365	3 007 739
Daimler Truck Intl Float 06/10/23	1 004 870	-	(3 460)	1 001 410	4 474	1 005 884
Deutsche Bank AG Var 19/11/25	2 037 120	-	(169 720)	1 867 400	2 192	1 869 592
FCA Bank SPA Ireland Float 24/03/24	2 300 000	6 647	-	2 306 647	952	2 307 599
Fidelidade Companhia SE Var 04/09/31	510 625	-	(102 105)	408 520	6 870	415 390
Goldman Sachs Group Inc Float 23/09/27	2 347 218	-	(89 446)	2 257 772	1 585	2 259 357
Haitong Bank SA Float 08/02/25	2 300 000	-	(20 470)	2 279 530	10 781	2 290 311
HSBC Holdings PLC Float 24/09/26	2 349 012	-	(66 768)	2 282 244	602	2 282 846
Iberdrola Finanzas SAU Var 16/11/170	400 000	-	(73 268)	326 732	777	327 509
Ing Groep NV float 20/09/23	3 001 265	13 105	-	3 014 370	2 656	3 017 026
Inmobiliaria Colonial SO 0.75% 22/06/29	1 187 628	-	(265 956)	921 672	4 734	926 406
Intesa Sanpaolo SPA Float 03/03/23	3 049 500	-	(45 297)	3 004 203	7 761	3 011 964
KBC Goup NV Float 23/06/24	2 012 214	-	(12 554)	1 999 660	1 223	2 000 883
KBC Group NV Float 23/02/25	500 500	-	(795)	499 705	1 302	501 007
La Banque Postale Var 20/05/170	1 200 000	-	(337 956)	862 044	4 044	866 088
L'Oreal SA Float 29/03/24	2 023 788	-	(6 548)	2 017 240	314	2 017 554
MAGEL 4 A 20/07/59	1 691 343	-	(65)	1 691 277	5 926	1 697 203
MERLIN PROPERTIES SOCIMI 2.375% 13/07/27	2 172 392	-	(383 792)	1 788 600	22 253	1 810 853
Mitsubishi UFJ FIN GRP Float 30/05/23	2 004 400	-	(1 580)	2 002 820	4 312	2 007 132
Mizuho Financial Group 1.631% 08/04/27	1 100 000	-	(103 455)	996 545	13 124	1 009 669
Natwest Markets PLC Float 27/08/25	1 800 000	4 644	-	1 804 644	4 699	1 809 343

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
- Obrigações diversas						
Nykredit Realkredit AS Float 25/03/24	3 041 835	-	(21 555)	3 020 280	1 047	3 021 327
Repsol Intl Finance Float 25/05/23	2 005 780	-	(2 600)	2 003 180	5 196	2 008 376
Servicios Medio Ambiente 0.815% 04/12/23	979 800	-	(6 110)	973 690	581	974 271
SNAM SPA Float 02/08/24	486 667	-	(1 306)	485 362	1 686	487 048
Societe Generale Float 22/05/24	3 043 677	-	(21 057)	3 022 620	8 518	3 031 138
Thermo Fisher SC FNCE I Float 18/11/23	3 022 930	-	(27 550)	2 995 380	7 177	3 002 557
Unicredit SPA Var 30/06/23	989 450	11 030	-	1 000 480	-	1 000 480
Vattenfall AB Float 18/04/24	2 501 212	2 963	-	2 504 175	9 779	2 513 954
Volkswagen Bank GMBH 2.5% 31/07/26	1 026 500	-	(94 560)	931 940	10 479	942 419
	95 930 904	59 590	(4 842 761)	91 147 733	305 391	91 453 124
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>						
- Obrigações diversas						
Traton Finance Lux SA Float 17/02/24	1 500 000	-	(4 800)	1 495 200	3 304	1 498 504
Volvo Treasury AB Float 31/05/24	2 517 750	-	(8 700)	2 509 050	5 821	2 514 871
	4 017 750	-	(13 500)	4 004 250	9 125	4 013 375
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
- Obrigações diversas						
AT&T Inc Float 05/09/23	3 034 700	-	(21 410)	3 013 290	6 114	3 019 404
Banco Bilbao Viscaya ARG Float 26/11/25	2 329 279	-	(8 993)	2 320 286	6 131	2 326 417
Barclays Plc Float 12/05/26	2 336 798	-	(82 591)	2 254 207	8 402	2 262 609
Credit Suisse Group AG Float 16/01/26	2 532 300	-	(362 100)	2 170 200	12 385	2 182 585
	10 233 077	-	(475 094)	9 757 983	33 033	9 791 016
TOTAL	118 443 342	72 658	(5 360 839)	113 155 161	376 487	113 531 648

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, republicado através do Decreto-Lei 144/2019, de 23 de setembro.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.

- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

De acordo com o artigo 17º do regulamento da CMVM 2/2015, o cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado através da abordagem baseada nos compromissos.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efetivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	41 386	424 528	465 914	1 031 195	376 487	-	1 407 683
Depósitos	-	-	-	694	18 367	-	19 061
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cambiais							
Spots	-	0	0	-	-	-	-
Taxa de Juro	-	-	-	-	-	-	-
Futuros	-	5 916 940	5 916 940	-	-	-	-
TOTAL	41 386	6 341 468	6 382 854	1 028 528	398 216	-	1 426 744

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efetivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	5 304 663	3 962 790	9 267 453	-	-	-
Depósitos	-	-	-	0	-	0
Cambiais						
Spots	-	361 147	361 147	-	-	-
Taxa de Juro	-	-	-	-	-	-
Futuros	-	4 944 675	4 944 675	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	753 711	107 482	861 193
de Depósito	-	-	-	132 189	11 343	143 532
de Supervisão	-	-	-	17 289	3 111	20 401
de Carteira de títulos	-	-	-	4 094	-	4 094
Outras	-	-	-	3 420	-	3 420
TOTAL	5 304 663	9 268 611	14 573 275	910 703	121 936	1 032 639

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2022 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2022	31-12-2021
Impostos indiretos:		
Imposto do Selo	111 153	144 489
	111 153	144 489
TOTAL	111 153	144 489

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	5 465 251	-	-	(14 108 500)	-	(8 643 249)
de 1 a 3 anos	681 227	-	-	-	-	681 227
de 3 a 5 anos	9 508 778	-	-	-	-	9 508 778
de 5 a 7 anos	926 406	-	-	-	-	926 406
mais de 7 anos	0	-	-	-	-	-

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	895 640	0.62%
Comissão de Depósito	149 274	0.10%
Taxa de Supervisão	20 401	0.01%
Custos de Auditoria	7 380	0.01%
Encargos outros OIC	0	0.00%
Outros Custos Correntes	74 625	0.05%
TOTAL	1 147 319	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	0.799%	

(1) Média relativa ao período de referência

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia 2022

CA RENDIMENTO

Divulgação periódica ao abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Nome do Produto: **CA Rendimento**

Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **213800GATB1RURKCGV35**

Código do fundo (CMVM): **27**

Características ambientais e/ou sociais

Por “Investimento Sustentável” deve

entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um Sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que **estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental**. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.



Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?

Sim

x Não

Realizou **investimentos sustentáveis com objetivo ambiental: ___%**

em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

Realizou **investimentos sustentáveis com objetivo social: ___%**

Promoveu características ambientais/sociais (A/S) e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 1% a investimentos sustentáveis

com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

com um objetivo social

Promoveu características (A/S), mas **não realizou quaisquer investimentos sustentáveis**

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

A IMGA, na gestão do Fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para este efeito recorre a análises e classificações de rating ESG de fornecedores externos independentes.

Salientamos, no entanto, que dada a existência de um desfasamento temporal entre a obrigatoriedade das empresas reportarem dados ESG, que ocorrerá de forma progressiva até ao ano 2026, e a data de preparação deste relatório, muitas das empresas analisadas não dispunham de dados suficientes que nos permitissem avaliar o seu posicionamento face a um número significativo de indicadores ESG, pelo que a avaliação e análise que consta deste relatório apenas considera a informação disponível à data da sua produção.

A notação de rating ESG médio para a composição deste Fundo no final de 2022 corresponde a um nível de **Risco Médio**, com uma cobertura de dados de cerca de 81% do valor dos ativos do fundo, sendo que 40% apresentavam risco baixo ou negligenciável, 39% apresentavam risco médio e apenas 2% apresentavam risco elevado, não existindo qualquer investimento em ativos considerados com risco severo.

No âmbito da sustentabilidade ambiental este produto pretende promover a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, através da análise dos seus investimentos ao nível da gestão, prevenção e controlo da poluição, eficiência na utilização das matérias-primas, nomeadamente dos recursos hídricos e recursos escassos, proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas, e através da forma como cada emitente gere o seu impacto no ecossistema e vida selvagem. Os indicadores observados relativos à sustentabilidade ambiental foram os que mais contribuíram favoravelmente para esta notação de rating ESG. De salientar, no entanto, que das 68 entidades em carteira, 49 não dispõem de dados para nenhum dos indicadores de sustentabilidade ambiental analisados, correspondendo a cerca de 74% da carteira de ativos. Existe ainda o investimento num governo europeu considerado sustentável do ponto de vista ambiental e social, e correspondentes a cerca de 3% da carteira de ativos.

No âmbito da sustentabilidade social são tidos em conta fatores como o respeito pelos direitos humanos, com foco nas medidas tomadas para proteger os direitos civis e políticos, bem como os direitos económicos, sociais e culturais, incluindo trabalho infantil e forçado, e a gestão do capital humano e relações laborais, que inclui a gestão dos riscos relacionados com a escassez de mão de obra qualificada por meio de programas de retenção e recrutamento e programas de formação. Inclui ainda questões como a gestão da liberdade sindical e não discriminação, bem como jornada de trabalho e salário mínimo. São ainda consideradas questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho, nomeadamente a forma como os emitentes gerem os riscos de acidentes de trabalho, ética empresarial, como o cumprimento de práticas anticompetitivas, proteção da propriedade intelectual, práticas contabilísticas e fiscais. Inclui também a gestão dos riscos relacionados com corrupção. Os indicadores de sustentabilidade social foram os que maior peso representaram na composição da notação de risco, sendo responsáveis por cerca de 45% desta notação, penalizado principalmente por questões relacionadas com ética empresarial no setor bancário e beneficiado pelos indicadores relativos aos direitos humanos. A contribuir favoravelmente para a sustentabilidade social está também a obrigação governamental detida, que correspondem a cerca 3% dos ativos do Fundo.

Não foram detetadas quaisquer situações de *non-compliance* com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são realizadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

● **Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?**

No quadro abaixo são apresentados os indicadores analisados com indicação da percentagem de cobertura dos dados e contribuição de cada indicador para a notação de rating ESG atribuída, bem como a percentagem de cobertura dos dados para ativos considerados alinhados com características ambientais ou sociais (A/S) ou sustentáveis e a respetiva contribuição para a notação de rating ESG do Fundo.

Notação de Rating ESG: <i>Risco Médio</i>		Total			Promoção Características A/S			Sustentáveis		
Indicadores de Sustentabilidade		% Ativos Analisados	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Alinhados - Alinhados A/S	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Analisados - Sustentáveis	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição
Sustentabilidade Ambiental	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição	21,7%	4,0%	6,0%	14,0%	2,6%	4,1%	10,6%	1,6%	2,6%
	Eficiência na Utilização das Matérias-Primas	16,3%	1,6%		11,1%	1,1%		7,7%	0,7%	
	Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas	5,6%	0,5%		5,6%	0,4%		3,2%	0,2%	
Sustentabilidade Social	Direitos Humanos	16,6%	1,2%	45,3%	7,5%	0,5%	19,4%	7,5%	0,5%	17,1%
	Gestão do Capital Humano e Relações Laborais	93,9%	9,4%		49,6%	4,4%		45,0%	4,0%	
	Saúde e Segurança no Trabalho	18,0%	1,2%		11,3%	0,8%		7,9%	0,5%	
	Ética Empresarial	93,9%	20,6%		49,6%	6,9%		45,0%	6,3%	
	Corrupção	2,3%	0,1%		1,5%	0,1%		1,5%	0,1%	
	Relação com a comunidade	5,6%	1,0%		5,6%	1,0%		3,2%	0,4%	
	Privacidade e Segurança de Dados	68,3%	11,5%		33,9%	5,4%		32,8%	5,1%	
	Acesso a Serviços Básicos	2,8%	0,3%		1,9%	0,2%		1,9%	0,2%	
Corporate Governance	Corporate Governance	94,8%	29,5%	29,5%	50,5%	13,6%	13,6%	45,9%	12,3%	12,3%
Outros	Outros	60,8%	19,2%	19,2%	29,4%	4,3%	4,3%	28,2%	4,0%	4,0%
TOTAL		-	100,0%	100,0%	-	41,4%	41,4%	-	36,0%	36,0%
% Ativos do Fundo		100%			47%			39%		

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa um maior risco ESG inerente ao emiteente e/ou uma maior exposição do Fundo ao mesmo.

A notação de rating ESG de “**Risco Médio**” resulta em 41% de ativos considerados alinhados com características A/S, sendo que estes representam cerca de 47% da carteira de ativos (ver gráfico de alocação de ativos abaixo). Destes cerca de 39% cumprem os critérios para serem considerados sustentáveis e representam 36% da notação de “**Risco Médio**” atribuída. A restante percentagem corresponde aos restantes investimentos do Fundo, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

● **... e em relação a períodos anteriores?**

Sendo a primeira análise efetuada, não é possível realizar comparações face a períodos anteriores.

● **Quais foram os objetivos de investimento sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?**

Ver resposta ao ponto anterior relativa à questão sobre o desempenho dos indicadores de sustentabilidade.

● **Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?**

Apenas são considerados como sustentáveis emiteentes com notações de rating ESG favoráveis e, que de acordo com a metodologia de análise dos fornecedores externos de research ESG, que incorporam objetivos em termos de sustentabilidade quer ambiental como social, não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável. Para além disso, os investimentos considerados como sustentáveis cumprem diretrizes e princípios globais de sustentabilidade, nomeadamente ao nível dos direitos humanos, práticas laborais, proteção do ambiente e combate à corrupção.

----- **Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?**

Estão incorporados na análise dos indicadores de sustentabilidade, dos quais resulta a notação de rating ESG, diversos indicadores de impactos negativos, relativamente a cada setor em que as empresas emiteentes se inserem e a fatores intrínsecos ao próprio emiteente. O modelo de atribuição de rating, na sua componente quantitativa, considera diversos indicadores de impactos negativos para identificação dos critérios ESG mais relevantes para cada indústria, tais como emissões de gases com efeitos de estufa categorias 1, 2 e 3, consumo de água, etc. A materialidade destes indicadores em cada setor de atividade é determinada com base em research, incluindo informação obtida através do SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e do PRI (United Nations – Principles for Responsible Investment).

----- **Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:**

Os principais impactos negativos devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

Apenas são considerados como sustentáveis os investimentos em emittentes que não apresentem situações de incumprimento relativo a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

O Fundo tem em consideração os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, integrando na metodologia de rating diversos indicadores ambientais e sociais, conforme discriminado na questão relativa ao desempenho dos indicadores de sustentabilidade.



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

Investimentos mais avultados	Setor	% de ativos	País
EUR - Credito Agricola	Liquidez	8,71%	Portugal
DP/NB/EUR	Liquidez	3,73%	Portugal
German Treasury Bill 0% 22/02/23	Government	3,34%	Alemanha
EUR - Banco Comercial Português	Liquidez	2,60%	Portugal
Societe Generale Float 22/05/24	Financial	2,25%	França
BNP Paribas Float 07/06/24	Financial	2,25%	França
Nykredit Realkredit AS Float 25/03/24	Financial	2,24%	Dinamarca
AT&T Inc Float 05/09/23	Communications	2,24%	Estados Unidos da América
Ing Groep NV float 20/09/23	Financial	2,24%	Países Baixos
Intesa Sanpaolo SPA Float 03/03/23	Financial	2,24%	Itália
Credit Agricole London Float 06/03/23	Financial	2,23%	França
Citigroup Inc Float 21/03/23	Financial	2,23%	Estados Unidos da América
Thermo Fisher SC FNCE I Float 18/11/23	Consumer, Non-cyclical	2,23%	Países Baixos
Volvo Treasury AB Float 31/05/24	Consumer, Cyclical	1,87%	Suécia
Vattenfall AB Float 18/04/24	Utilities	1,87%	Suécia

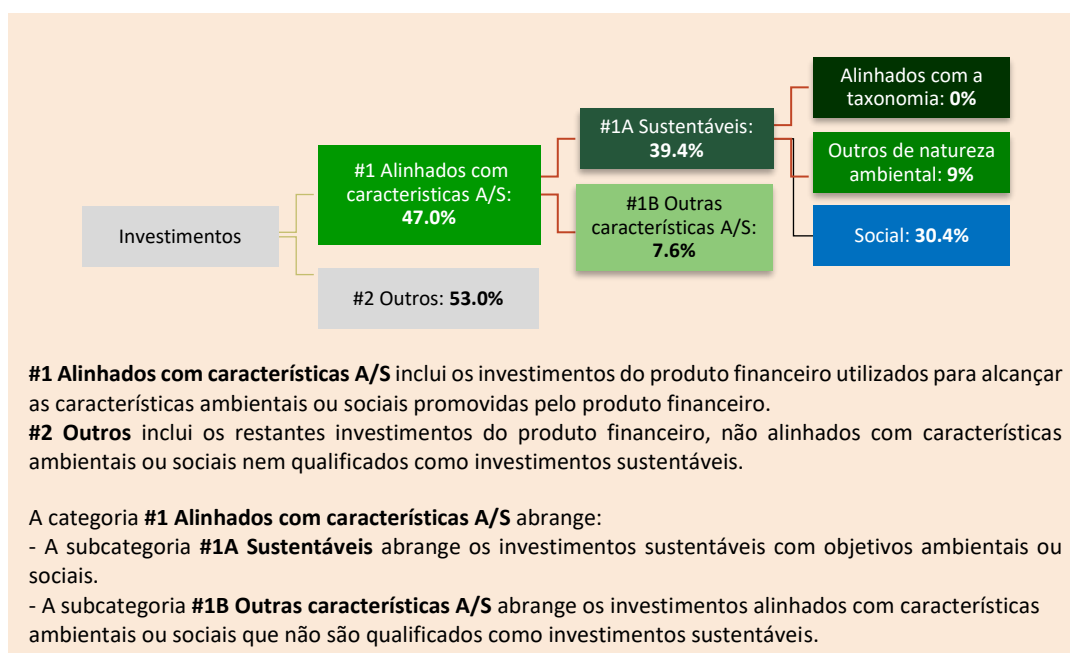
A lista inclui os investimentos que constituem a maior parte dos investimentos assegurados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 31/12/2022



Qual foi a proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade?

Qual foi a alocação dos ativos?

A **alocação dos ativos** descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.



Valores em percentagem do ativo do Fundo

Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2023. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.

Em que setores económicos foram realizados investimentos?

Setor	Subsetor	% Ativo
Financial	Banks	Financial
	Diversified Finan Serv	
	REITS	
	Insurance	
	Real Estate	
Consumer, Non-cyclical	Healthcare-Products	3,73%
	Agriculture	1,81%
	Pharmaceuticals	1,74%
	Commercial Services	1,57%
	Cosmetics/Personal Care	1,50%
	Beverages	1,49%
	Auto Manufacturers	4,43%
Consumer, Cyclical	Leisure Time	0,51%
	Sovereign	3,34%
Government	Sovereign	3,34%
	Engineering&Construction	2,05%
Industrial	Environmental Control	0,72%
	Oil&Gas	2,62%
Energy	Electric	2,11%
	Gas	0,36%
Utilities	Telecommunications	2,24%
	Chemicals	0,77%
Communications	Forest Products&Paper	0,75%
	Banks	0,71%
Basic Materials	WL Collateral CMO	1,26%
	Other ABS	0,49%
Mortgage Securities	Depósito à Ordem	11,94%
Asset Backed Securities	Depósito a Prazo	3,73%
	Liquidez	



Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

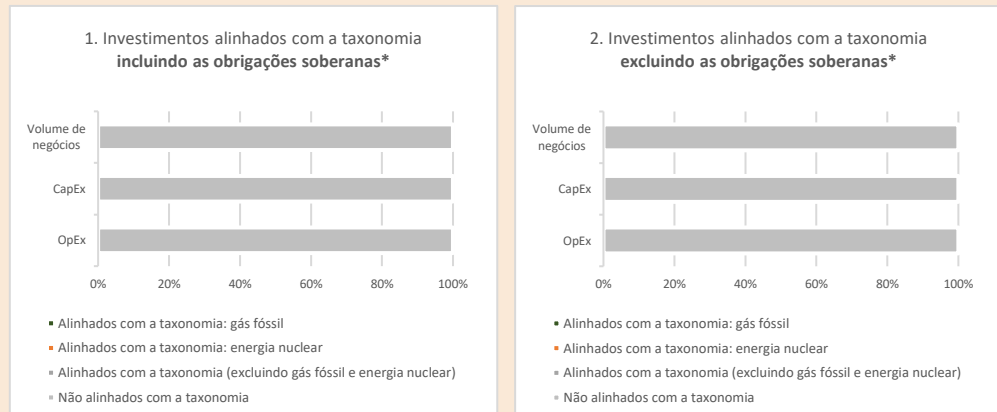
- **O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpriam a taxonomia da UE¹?**

Sim:

Gás fóssil Energia nuclear

Não

Quando aplicável, os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.*



*** Para efeitos destes gráficos, as «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.**

- **Qual foi a percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes?**

Dada a ausência de informação fornecida pelas empresas em que o Fundo investiu, devido ao desfazamento temporal entre a obrigatoriedade das empresas reportarem e a data de preparação deste relatório, não dispomos de dados suficientes que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da UE e qual a percentagem de investimento em atividades de transição e capacitantes.

- **Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?**

Conforme referido na questão anterior não existem dados que nos permitam fazer esta comparação.

¹ As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da EU se contribuírem para limitar as alterações climáticas (“mitigação das alterações climáticas”) e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia EU – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da EU são definidos no Regulamento Delegado (EU) 2022/1214 da Comissão.



São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (EU) 2020/852.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

Conforme referido nas questões anteriores não existem dados divulgados pelas entidades em que o Fundo investiu que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados ou não com a taxonomia.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, 39.4% dos investimentos do Fundo são considerados investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais. Destes 30.4% são considerados sustentáveis do ponto de vista social.



Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Os investimentos na categoria “Outros” incluem depósitos e títulos de dívida de empresas de diversos setores de atividade não qualificadas como alinhadas com características A/S ou sem dados disponíveis que permitam a sua avaliação em termos ESG.

Estes investimentos têm como finalidade a diversificação da carteira de ativos perante a necessidade de informação em matéria ESG ainda não disponível para uma parte muito significativa dos emitentes do universo de investimento em que o Fundo se enquadra.

Não incluídos nesta percentagem, por se tratar de extrapatrimoniais, estão os derivados de taxa de juro, utilizados para gestão da duração do fundo e, conseqüentemente, exposição ao risco de subida da taxa de juro.



Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o último ano, o Fundo procurou incrementar o seu nível de investimento em empresas de emitentes com notações de rating ESG favoráveis, de forma a melhorar o nível de rating ESG Global do Fundo. Foi dada ainda especial atenção a eventuais controvérsias a que os emitentes pudessem estar expostos e ao cumprimento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Não foram ainda realizados quaisquer novos investimentos em setores considerados controversos, nomeadamente em empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco.

Relatório de Auditoria 2022

CA RENDIMENTO

Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento (o “OIC”) gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (“Entidade Gestora”), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 134 631 430 euros e um total de capital do OIC de 131 399 199 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 7 914 791 euros), a Demonstração de resultados e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra informação

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela Outra informação. A outra informação compreende o modelo de divulgação periódica para os produtos financeiros referidos no artigo 11.º do Regulamento (UE) 2019/2088 e no artigo 6.º do Regulamento (UE) 2020/852, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado,

concluimos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar relativamente a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

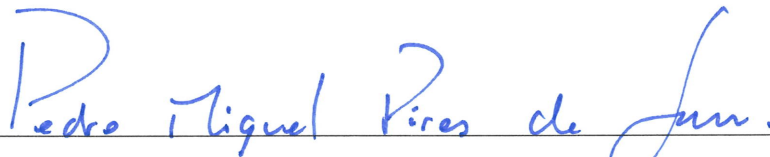
Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015 de 24 de fevereiro, na sua redação atual, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do Organismo de Investimento Coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;

- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação; e
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 27 de abril de 2023



Pedro Miguel Pires de Jesus.

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas nº 1930 e registado na CMVM com nº 20190019)